



VÍDEO JURISTUBE · DIÁLOGOS DE DIREITO ADMINISTRATIVO

Lei de conflitos de interesses e Lei de Improbidade Administrativa reformada

Autores: José Roberto Pimenta Oliveira e Dinorá Adelaide Musetti Grotti

Publicado em: 12 de dezembro de 2024

Duração: 26 min

Link JurisTube: <https://juristube.com.br/dialogos-direito-administrativo/lei-de-conflitos-de-interesses-e-lei-de-improbidade>

Link YouTube: <https://www.youtube.com/watch?v=rRK2dz-BaMk>

Identificador citável: juristube.com.br/video/lei-de-conflitos-de-interesses-e-lei-de-improbidade#ep-14450018

Descrição

EP20-PODCAST DIÁLOGOS DE DIREITO ADMINISTRATIVO (DDA) - Episódio gerado por IA a partir do texto publicado pelos professores José Roberto Pimenta Oliveira e Dinorá Adelaide Musetti Grotti, de título "Lei de conflitos de interesses e Lei de Improbidade Administrativa reformada"

LINK PARA O ARTIGO ESCRITO COMENTADO NO EPISÓDIO:

<https://revistaaec.com/index.php/revistaaec/article/view/1746>

LINKS GERAIS DO PROJETO:

Canal no YouTube: <https://abre.ai/youtube-dda>

Podcast no Spotify: <https://abre.ai/spotify-dialogos>

Lista completa dos links no Linktree: <https://linktr.ee/direitoadministrativo>

ESCOPO DO PROJETO

O podcast *Diálogos de Direito Administrativo (DDA)* é o primeiro podcast de *Direito Administrativo* produzido por IA, com curadoria humana: divulga artigos jurídicos através de conversas envolventes e acessíveis geradas automaticamente por IA.

Pretende incentivar a leitura e ampliar o alcance de artigos de direito administrativo e áreas afins, inclusive entre leitores sem formação especializada.

O podcast tem o objetivo de servir como ferramenta educacional e de difusão do conhecimento jurídico.

Cada episódio, disponível no YouTube e Spotify, informa o link para acesso ao texto completo original comentado.

A Curadoria Humana seleciona os artigos, edita os vídeos e organiza a divulgação.

CURADORIA DO PROJETO

Prof. Paulo Modesto (UFBA).

Assessoria: Camila Modesto e Rafaela Modesto.

AVISO LEGAL

Este conteúdo audiovisual utiliza tecnologia de *Inteligência Artificial (IA)* para a geração automática de diálogos baseados em textos doutrinários de *Direito Administrativo* e áreas afins.

A responsabilidade pelo conteúdo original permanece com os autores humanos, enquanto a IA gera autonomamente o roteiro e as frases contidas no diálogo.

O processo automático de adaptação pode enfatizar aspectos diferentes ou abordar tópicos não contemplados no artigo original. Este conteúdo tem finalidade introdutória e não substitui a leitura do texto doutrinário base, cuja consulta é fortemente recomendada para compreensão completa do tema. O texto base que inspirou este conteúdo é de autoria exclusivamente humana e foi publicado originalmente como artigo doutrinário.

APOIO E DIVULGAÇÃO

Apoie o projeto Diálogos de Direito Administrativo! Compartilhe, comente e curta o projeto nas redes sociais. Mantenha-se atualizado e assine o canal para receber informações sobre a publicação de novos conteúdos.

© 2024 Todos os direitos reservados

Transcrição

****Apresentador 1:**** Já imaginou um mundo onde tipo os poderosos não podem usar informação privilegiada para se dar bem ou sei lá tem um segundo emprego que detreta com as funções públicas é tipo um sonho né?

****Apresentador 2:**** Total, mas é exatamente disso que a gente vai falar nesse mergulho de hoje.

****Apresentador 1:**** Legal! E pra gente se aventurar nesse tema temos um artigo super bacana do professores José Roberto Pimenta Oliveira e Diná Adel muset grot é mesmo publicado na revista de Direito Administrativo inconstitucional né?

****Apresentador 2:**** Isso, eles analisam como o Brasil lida com conflito de interesses na administração pública.

****Apresentador 1:**** Ah, conflito de interesses, um tema que convenhamos é essencial para ter confiança na gestão do país.

****Apresentador 2:**** Sem dúvida. E a gente sabe que às vezes a lei pode ser meio complicada né, cheia de detalhes.

****Apresentador 1:**** É verdade, mas relaxa, a gente destrincha esse artigo para você e te mostra as conclusões mais importantes de um jeito fácil de entender.

****Apresentador 2:**** Isso, a ideia é que no final da conversa você manje dos paran de como o Brasil se posiciona nesse debate e quais as leis que ajudam a manter integridade no setor público. Falando nisso, os autores enfatizam a importância da propriedade administrativa, você ligado né?

****Apresentador 1:**** Claro, é basicamente a ideia de que os servidores públicos têm que ser honestos, íntegros e sempre buscando o bem de todos, tipo básico né?

****Apresentador 2:**** É tipo isso. Os professores Oliveira e Grotte argumentam que essa prioridade é fundamental para a população confiar nas ações do governo.

****Apresentador 1:**** Faz sentido né, afinal ninguém quer pensar que as decisões que impactam a vida da gente são tomadas por baixo dos panos né?

****Apresentador 2:**** Com certeza. E o artigo mostra como historicamente a linha entre o público e o privado pode ser meio tênue, abrindo espaço para a corrupção. Por isso o Brasil criou uma estrutura

legal para lidar com isso e essa estrutura tem raízes profundas. A própria Constituição Federal, a lei máxima do país, já estabelece bases para combater a improbidade administrativa, determinando que atos desonestos tenham consequências graves, tipo perder o cargo público né?

****Apresentador 1:**** É inclusive isso. E por falar em leis importantes, 2013 foi um marco pro Brasil quando falamos de conflito de interesses. Foi nesse ano que entrou em vigor a lei nº 12.813 focada nesse tema.

****Apresentador 2:**** Verdade. Antes dessa lei as regras sobre conflito de interesses estavam espalhadas por várias áreas do direito, o que deixava tudo meio confuso. A lei de 2013 trouxe uma abordagem mais sistemática, definindo o que é conflito de interesses, como evitar e as punições para quem não cumprir. E apesar da lei falar especificamente do Poder Executivo Federal, o impacto dela vai além né?

****Apresentador 1:**** Totalmente, porque ela está conectada ao conceito mais amplo de improbidade administrativa que se aplica a todos os servidores públicos do Brasil, tipo federais, estaduais, municipais, todos. Estados e municípios podem criar suas próprias regras, mas a lei de 2013 serve como guia estabelecendo princípios que todos devem seguir.

****Apresentador 2:**** E essa lei não é só papo furado né, ela define claramente o que é conflito de interesses.

****Apresentador 1:**** Define sim. É quando o interesse particular do servidor público bate de frente com o interesse público, aí já viu né, podendo prejudicar a galera ou influenciar as decisões dele de forma errada.

****Apresentador 2:**** E essa definição é bem abrangente né?

****Apresentador 1:**** É, abrange várias situações. Não é só usar a informação privilegiada em benefício próprio, o famoso insider trading, embora isso também seja proibido. A lei vai além, considerando conflito de interesses quando o servidor público tem um segundo emprego, negócio ou relação comercial que possa influenciar suas decisões no serviço público. Os professores Oliveira e Grotte dão um exemplo no artigo: um vereador que vota num projeto de construção e ao mesmo tempo presta consultoria pra construtora da obra é um conflito na cara.

****Apresentador 2:**** Total. Ignorar essa lei pode dar ruim, como a lei de conflito de interesse está ligada à lei de improbidade administrativa, que prevê punições como perda do cargo público, suspensão de direitos políticos e multas altíssimas.

****Apresentador 1:**** Ah, e o que me chamou atenção é que para ter punição não precisa provar que houve prejuízo pros cofres públicos ou que o servidor enriqueceu ilicitamente.

****Apresentador 2:**** É mesmo?

****Apresentador 1:**** Só a possibilidade do conflito de interesses causar problema já é suficiente. É uma medida preventiva para evitar a corrupção antes que ela aconteça. A lei mostra que o Brasil está levando a sério essa questão do conflito de interesses.

****Apresentador 2:**** E não podemos esquecer que a responsabilidade não é só do servidor público. Empresas e pessoas que se beneficiem do conflito de interesses também podem ser punidas. A responsabilidade pela probidade administrativa é compartilhada. Mas a lei de 2013 vai além da

punição, ela foca na prevenção.

****Apresentador 1:**** Interessante, como assim?

****Apresentador 2:**** O artigo 4º, por exemplo, diz que o servidor público tem que se mexer para evitar conflito de interesses. A lei cria mecanismos para que, em caso de dúvida, o servidor consulte a Comissão de Ética Pública ou a Controladoria-Geral da União para saber se ele está numa situação de conflito né?

****Apresentador 1:**** É tipo um manual de boas práticas pro servidor público. A lei detalha situações que configuram conflito de interesses, orientando o servidor a agir preventivamente.

****Apresentador 2:**** É por aí. E a lei não fica só no geral, ela é específica sobre as condutas que configuram conflito de interesses. Por exemplo, o artigo 5º lista várias situações, e a primeira delas é usar informação privilegiada para benefício próprio ou de terceiros.

****Apresentador 1:**** E a lei define direitinho o que é essa tal informação privilegiada?

****Apresentador 2:**** Sim, define como informação secreta ou que mesmo não sendo secreta é importante para as decisões do governo, tem impacto econômico e financeiro e não é pública.

****Apresentador 1:**** Isso aí é aquela informação que dá ao servidor público uma vantagem injusta. E a lei deixa claro que divulgar ou usar essa informação para benefício próprio ou de terceiros é considerado conflito de interesse e consequentemente improbidade administrativa né?

****Apresentador 2:**** Sim. E para deixar bem claro o que é informação sigilosa, a Lei de Acesso à Informação de 2011 é uma ferramenta importante. Afinal, o sigilo só se justifica para proteger o interesse público. Usar as informações para fins privados é quebra de ética total.

****Apresentador 1:**** Sem dúvida. E as punições para quem faz isso podem ser ainda mais severas. A lei da CVM, que regula o mercado de capitais, considera o uso indevido de informação privilegiada, o famoso insider trading, como crime com cadeia e multa. Pesado né?

****Apresentador 2:**** É, usar a informação privilegiada para lucrar na bolsa pode levar o servidor público para trás das grades. Mais um sinal de que o Brasil está falando sério no combate à corrupção.

****Apresentador 1:**** Total. E não podemos esquecer do Código Penal. Violar o sigilo profissional também é crime com detenção e multa. Ou seja, mesmo que o uso da informação privilegiada não seja para ganhar dinheiro, só de divulgar informação sigilosa já pode dar problema.

****Apresentador 2:**** Então o servidor público pode se enquadrar tanto na lei de conflito de interesses, configurando improbidade administrativa, quanto no Código Penal, cometendo um crime?

****Apresentador 1:**** Exatamente, as consequências podem ser graves nos dois casos. Mas a lei de conflito de interesses não para por aí. O inciso II do artigo 5º traz outra situação: exercer atividades que envolvam prestar serviço ou ter relações comerciais com pessoas ou empresas que tenham interesse em decisões que o servidor ou o órgão onde ele trabalha precisa tomar.

****Apresentador 2:**** Hum, isso é comum né?

****Apresentador 1:**** Infelizmente. Imagina um servidor que trabalha com licenciamento ambiental e ao mesmo tempo dá consultoria para empresas que precisam dessas licenças. É conflito de

interesses na cara.

****Apresentador 2:**** É mesmo. A lei proíbe esse tipo de relação para garantir que o servidor público seja imparcial nas decisões. Ele tem que agir sempre pensando no bem público, e qualquer coisa que possa prejudicar essa imparcialidade é considerado conflito de interesses e portanto improbidade administrativa né?

****Apresentador 1:**** Isso aí. E o que é interessante é que nesse caso a lei quer evitar a corrupção antes que ela aconteça. Não precisa ter um benefício financeiro direto pro servidor para ser ilegal. Só de ter a relação comercial já configura conflito de interesses.

****Apresentador 2:**** E essa proibição vale também quando o servidor participa de decisões em grupo. Por exemplo, se o membro de um conselho de uma agência reguladora tem negócios com uma empresa regulada por essa agência, ele tem que se declarar impedido de participar da decisão. A lei quer proteger o processo de decisão, garantindo que as decisões sejam tomadas com base em critérios técnicos e não em interesses privados.

****Apresentador 1:**** Exato. E nesse caso a pessoa ou empresa que tenha relação comercial com o servidor público também pode ser responsabilizada por improbidade administrativa.

****Apresentador 2:**** É, as duas partes contribuem para essa situação de conflito de interesses. E a lei de conflito de interesses continua no inciso III do artigo 5º com outra situação: exercer direta ou indiretamente qualquer atividade que seja incompatível com o cargo ou emprego público. Essa proibição é fundamental para garantir que o servidor público se dedique totalmente ao interesse público.

****Apresentador 1:**** Sei. Imagina um policial que nas horas vagas trabalha como segurança particular de um empresário investigado pela polícia. Aí complica né?

****Apresentador 2:**** Totalmente. E a lei é bem ampla. Ela não proíbe só atividades que claramente conflitam com as funções do servidor, mas também aquelas que podem afetar sua isenção e imparcialidade.

****Apresentador 1:**** Entendi. E essa proibição vale também quando a atividade é exercida indiretamente, por exemplo através de empresas de fachada ou laranjas?

****Apresentador 2:**** A lei quer impedir qualquer coisa que coloque em risco a probidade administrativa. E aqui a lei de conflito de interesses vai além do estatuto dos servidores públicos né?

****Apresentador 1:**** Vai sim. Enquanto o estatuto proíbe só atividades incompatíveis com o horário de trabalho, a lei de conflito de interesses amplia a proibição para qualquer atividade incompatível com o cargo, não importa o horário.

****Apresentador 2:**** É um avanço né? Protege mais o interesse público.

****Apresentador 1:**** E é importante destacar que em todos esses casos a lei diz que o conflito de interesses não depende de ter havido prejuízo para o patrimônio público ou vantagem pro servidor. Só a possibilidade de prejudicar o interesse público já configura a improbidade.

****Apresentador 2:**** Ou seja, a lei pune condutas que mesmo sem causar dano real podem comprometer a ética na administração pública.

****Apresentador 1:**** E o artigo 5º da lei de conflito de interesses não para por aí. O inciso IV traz mais uma situação: receber presente de quem tem interesse em decisão do servidor público. Essa proibição é fundamental para evitar que as decisões do servidor público sejam influenciadas. Presentes, por mais simples que pareçam, podem ser usados para criar laços e obrigações, comprometendo a imparcialidade do servidor né?

****Apresentador 2:**** Exatamente. É aquele ditado: não existe almoço grátis. Quem dá presente geralmente quer algo em troca.

****Apresentador 1:**** É verdade. E no caso do servidor público essa troca pode ser uma decisão que favoreça quem deu o presente em detrimento do interesse público.

****Apresentador 2:**** E a lei é rígida. Ela proíbe receber qualquer presente, exceto brindes de baixo valor, tipo aqueles distribuídos como cortesia sem intenção de influenciar.

****Apresentador 1:**** É para não exagerar né? A lei tem que ser justa. O foco é evitar presentes que pelo valor ou tipo possam comprometer o servidor.

****Apresentador 2:**** E o artigo 5º da lei de conflito de interesses termina com o inciso V que fala de nepotismo.

****Apresentador 1:**** Ah, o famoso nepotismo. A lei proíbe o servidor de usar o cargo para nomear, contratar ou favorecer parentes em cargos públicos. Essa proibição é essencial para ter igualdade de oportunidades nos cargos públicos.

****Apresentador 2:**** E o nepotismo é um privilégio que só beneficia alguns né, vai contra a meritocracia.

****Apresentador 1:**** E a lei define o que é parentesco para fins de nepotismo: cônjuge, companheiro, parentes de sangue ou por casamento até o terceiro grau. Ou seja, não só parentes diretos, mas também tios, sobrinhos, primos, cunhados, sogros, noras... é parente que não acaba mais.

****Apresentador 2:**** É, e a lei não proíbe só a nomeação ou contratação direta de parentes. Ela impede o servidor de participar de decisões que beneficiem parentes mesmo indiretamente.

****Apresentador 1:**** Então a lei quer evitar qualquer favorecimento a parente, garantindo que as decisões do servidor público sejam baseadas no interesse público e na igualdade.

****Apresentador 2:**** Exatamente. E o nepotismo já era ilegal antes da lei de conflito de interesses né?

****Apresentador 1:**** Sim, com base em princípios constitucionais como a impessoalidade e a moralidade administrativa. A lei só reforçou a proibição deixando tudo mais claro. E a lei de conflito de interesses inovou ao proibir o nepotismo em caso de contratação indireta né?

****Apresentador 2:**** Quando o parente é contratado por empresas terceirizadas ou outras entidades privadas que prestam serviço para a administração pública. É para evitar que o nepotismo seja feito de forma escondida usando empresas ou entidades como laranjas para burlar a lei.

****Apresentador 1:**** E quem pratica nepotismo se dá mal né?

****Apresentador 2:**** Se dá mal. Além de ser improbidade administrativa, a conduta pode levar a punições tipo a demissão e até ações para reparar os danos causados ao dinheiro público. A lei

deixa claro que nepotismo não é permitido na administração pública e quem fizer isso vai ter que se explicar.

****Apresentador 1:**** Mas a lei de conflito de interesses não vale só durante o exercício do cargo. O artigo 6º fala das situações que configuram conflito de interesses depois que o servidor sai do cargo.

****Apresentador 2:**** É tipo mesmo depois de sair ele ainda tem que seguir algumas regras né?

****Apresentador 1:**** Isso, para evitar que ele use as informações e os contatos que ele teve durante o cargo em benefício próprio.

****Apresentador 2:**** Interessante. É o que chamamos de quarentena. A lei define um período em que o servidor não pode exercer certas atividades ou ter contato com pessoas ou empresas com as quais ele lidou durante o cargo.

****Apresentador 1:**** E essa quarentena varia de acordo com o cargo né?

****Apresentador 2:**** Varia sim. Para ministros de estado, por exemplo, são 4 meses. Nesse período eles não podem aceitar cargos em empresas com as quais tiveram contato nos seis meses antes de sair do cargo ou influenciar decisões do governo a favor de alguém. É para evitar que o ex-ministro use a influência dele para se dar bem prejudicando o governo e a sociedade.

****Apresentador 1:**** E durante a quarentena o ex-ministro continua ligado ao órgão onde ele trabalhava?

****Apresentador 2:**** Continua e recebe o mesmo salário do cargo que ele tinha. Já os outros servidores públicos podem voltar pro cargo que eles tinham antes, desde que não tenha conflito de interesses. A lei garante que o ex-ministro tenha como se sustentar durante a quarentena sem precisar recorrer a atividades que configurem conflito de interesses.

****Apresentador 1:**** É isso aí. É bom lembrar que a lei de conflito de interesses não substitui as regras de impedimento e suspeição da lei geral de processo administrativo né?

****Apresentador 2:**** Não substitui. Essas regras continuam valendo e os servidores públicos têm que segui-las em todas as situações, mesmo que não tenha conflito de interesses.

****Apresentador 1:**** Essas regras garantem a imparcialidade do servidor público nos processos administrativos né?

****Apresentador 2:**** Nisso elas valem para todos os servidores e cobrem situações além do conflito de interesse, tipo quando o servidor é amigo íntimo ou inimigo declarado de alguém envolvido no processo.

****Apresentador 1:**** Exatamente. E não seguir essas regras também pode ser considerado improbidade administrativa. Então o servidor público precisa ficar atento a todas as normas que garantem a ética na administração pública né?

****Apresentador 2:**** Com certeza, observando as regras de conflito de interesses, impedimento e suspeição. E pra gente finalizar a análise da lei de conflito de interesses, ela não vale só pros servidores da administração direta né?

****Apresentador 1:**** Não. Ela vale também pra administração indireta tipo autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista. A lei quer garantir a probidade

administrativa em toda a administração pública em todos os níveis. Afinal, o interesse público deve ser protegido em qualquer lugar do governo.

****Apresentador 2:**** E a lei de conflito de interesses também vale pros militares né?

****Apresentador 1:**** Vale sim. Apesar de terem regras próprias, a lei diz que as regras de conflito de interesses também valem pros militares que tomam decisões que podem afetar o interesse público. Ou seja, a lei quer garantir que todos os agentes públicos ajam com ética, não importa a área ou as regras específicas deles.

****Apresentador 2:**** É isso aí. Mas mesmo sendo um avanço, a lei de conflito de interesses ainda precisa ser melhorada né?

****Apresentador 1:**** Sim, afinal surgem novas formas de conflito de interesses.

****Apresentador 2:**** É verdade. A legislação precisa acompanhar as mudanças da sociedade e os novos desafios. Os autores sugerem algumas medidas para fortalecer a lei de conflito de interesses.

****Apresentador 1:**** Que tipo de medidas?

****Apresentador 2:**** Criar mecanismos mais eficazes de controle e fiscalização, ampliar a lei para outras áreas do governo e fazer mais campanhas de conscientização sobre o tema.

****Apresentador 1:**** Faz sentido. É importante conscientizar as pessoas sobre a importância de evitar conflito de interesses.

****Apresentador 2:**** A conscientização é fundamental para construir uma cultura de ética na administração pública. Os servidores públicos desde o começo da carreira precisam entender a importância de evitar o conflito de interesses e agir sempre pensando no bem comum.

****Apresentador 1:**** E a sociedade também tem que participar né?

****Apresentador 2:**** Tem sim. Os cidadãos precisam ficar de olho nas ações dos servidores públicos, denunciando qualquer suspeita de irregularidade e cobrando a aplicação da lei de conflito de interesse né?

****Apresentador 1:**** É isso aí. A luta contra a corrupção é responsabilidade de todos nós.

****Apresentador 2:**** Com certeza. A participação da sociedade é fundamental para construir um país mais justo e transparente. E a lei de conflito e interesses é uma ferramenta importante para isso.

****Apresentador 1:**** Sem dúvida. E pra gente finalizar nosso mergulho fica a pergunta: como você, ouvinte, avalia a aplicação da lei de conflito de interesses? Você acha que ela tem sido eficaz em combater a corrupção?

****Apresentador 2:**** Boa pergunta. Deixe sua opinião nos comentários e participe do debate.

****Apresentador 1:**** Exatamente, sua opinião é importante pra gente. E continue acompanhando o Diálogos de Direito Administrativo para mais debates importantes como este. Até a próxima!

****Apresentador 2:**** Até mais!

Como citar este documento

As citações abaixo seguem os padrões ABNT NBR 6023:2018, APA 7ª edição, Chicago Author-Date (17ª ed.) e BibTeX (LaTeX). Copie o formato exigido pelo periódico ou gerenciador bibliográfico (Zotero, Mendeley, EndNote).

ABNT (NBR 6023:2018)

OLIVEIRA, José Roberto Pimenta; GROTTI, Dinorá Adelaide Musetti. Lei de conflitos de interesses e Lei de Improbidade Administrativa reformada. [Vídeo]. Tradução para mídia audiovisual por Inteligência Artificial. Curadoria de Paulo Modesto. Salvador: Canal @paulomodestodireito no YouTube / JurisTube.com.br, 2024. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=rRK2dz-BaMk> e em: <https://juristube.com.br/episodio/14450018-432b-4ef3-8479-e246f7e51071>. Acesso em: 19 ago. 2026.

APA 7ª edição

Oliveira, J. R. P., & Grotti, D. A. M. (2024, December 12). *Lei de conflitos de interesses e Lei de Improbidade Administrativa reformada* [Video]. JurisTube. <https://www.youtube.com/watch?v=rRK2dz-BaMk>

Chicago Author-Date (17ª ed.)

OLIVEIRA, José Roberto Pimenta, Dinorá Adelaide Musetti Grotti. 2024. "Lei de conflitos de interesses e Lei de Improbidade Administrativa reformada." Video. Diálogos de Direito Administrativo. <https://www.youtube.com/watch?v=rRK2dz-BaMk>

BibTeX

```
@misc{juristube-lei-de-conflitos-de-interesses-e-lei-de--2024,
author = {Oliveira, José Roberto Pimenta and Grotti, Dinorá Adelaide Musetti},
title = {Lei de conflitos de interesses e Lei de Improbidade Administrativa reformada},
year = {2024},
howpublished = {JurisTube – Acervo Digital de Direito},
note = {Série: Diálogos de Direito Administrativo},
url = {https://www.youtube.com/watch?v=rRK2dz-BaMk},
urldate = {2024-12-12}
}
```



Licença de Uso — CC BY-NC-SA 4.0

Este conteúdo está licenciado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-Compartilhalgual 4.0 Internacional (CC BY-NC-SA 4.0). O uso para fins acadêmicos e educacionais é permitido, desde que citada a fonte original (JurisTube) conforme as normas técnicas indicadas neste documento.

Termos completos:

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/deed.pt-br>